

Crítica

Livros

La stratégie soviétique de crise

Fondation pour les Etudes de Défense Nationale Paris, 1986 (149 páginas)

Para o grupo de soviologia da FEDN, que estuda o evoluir da reacção soviética aos conflitos externos após a Segunda Guerra, um dos principais objectivos da política externa deste país é a manutenção da estabilidade do sistema internacional vigente. A bipolarização das relações internacionais que se operou após o último conflito mundial não impede, no entanto, que tanto a URSS como os Estados Unidos tentem aumentar as suas esferas de influência no chamado Terceiro Mundo.

Encontramos neste livro vários exemplos através dos quais se procura estudar, de forma transversal e analítica, a fase de crise e os diferentes meios utilizados para a resolver. São-nos apresentadas três aproximações, duas de natureza política e uma de natureza socio-económica. Na primeira abordagem, procura aferir-se até que ponto a URSS adoptou ou não uma política de crise durante os conflitos do pós-guerra.

A segunda aproximação visa um aspecto particular da política soviética de crise: os conflitos no seio da comunidade socialista (o que implica necessariamente a não existência de um bloco monolítico). A terceira aproximação aprecia os aspectos económicos e sociais do relacionamento multilateral entre o Ocidente e o Leste, como adiante veremos.

Relativamente ao primeiro ponto, concluem os autores que não pode obviamente afirmar-se que a URSS esteja na origem de todas as crises que surgem no Terceiro Mundo. A URSS procura medir os riscos que correrá ao envolver-se nessas crises. Entendemos também que as decisões de intervenção estão na sua maioria ligadas quer ao estado das relações americano-soviéticas, quer à situação dos Estados Unidos no mundo, o que significa que a bipolarização das relações internacionais persiste nos nossos dias. Parece que Henry Kissinger tinha razão. A sua globalist approach aparenta mais credibilidade que a area specialist approach. Somos ainda de opinião de que os casos citados – Berlim, Coreia, Budapeste, Suez e Cuba – apontam nesse sentido. A crise coreana, por exemplo, poderá ter conduzido os soviéticos a melhorar a sua capacidade de análise de crises e a tomar consciência de que a confrontação Leste-Oeste se desenvolveria igualmente na periferia do seu próprio território.

Na crise do Suez, em 1956, a URSS era de opinião de que os Estados Unidos tinham como objectivo reforçar o cerco militar ao seu país assim como isolá-lo dos Estados árabes da região.

Com Cuba, o governo soviético entende que uma pequena guerra ou conflito é susceptível de degenerar num conflito mundial.

É igualmente referido que até meados da década de '60, período da responsabilidade governativa de Khruchev, não se podia de facto falar em política soviética de crise. A aceleração, no começo dos anos '60. do processo de descolonização, assim como o revés sofrido em Cuba em 1962, levará o governo soviético a modificar as dimensões da sua política externa.

Foi com Brejnev que se elaborou conscientemente uma política de crise na URSS, nomeadamente entre 1964 e 1970, período em que este país procurou normalizar as suas relações políticas e económicas com o Ocidente (*détente*) e consagrar o reconhecimento de uma paridade estratégica com os Estados Unidos. Poderá pois afirmar-se que a adopção de uma política soviética de crise foi o resultado de uma reflexão longa mente amadurecida, correspondendo de facto ao projecto político global da URSS.

É exactamente na sequência disto que a União Soviética, a partir dos anos '70, cria os instrumentos necessários à projecção da sua força para fora da periferia imediata do seu território. O que pode demonstrar-se tendo em atenção a conjuntura política internacional, nomeadamente em África (descolonização portuguesa e situação na Etiópia) e no Sudeste Asiático.

Apesar de tudo, a URSS não consegue adquirir as bases efectivas nesses países (à excepção do Vietnam, nos anos '70- '80) mas apenas facilidades portuárias. Neste contexto, é interessante referir que, na aparência, a URSS dá mais importância a Mahan do que a Mackinder. É ainda durante este período que a URSS de Brejnev passa de potência regional a potência mundial.

Um outro factor importante que ajuda a compreender este novo papel prende-se com a era em que teve lugar. Referimo-nos concretamente ao período imediatamente posterior à guerra do Vietnam, durante o qual os Estados Unidos ficaram mais retraídos no seu envolvimento externo.

A segunda metade da década de '70, por outro lado, caracteriza-se pela incapacidade de qualquer das superpotências recuperar alguns conflitos, como por exemplo a guerra Irão-Iraque ou a revolução islâmica. Nem Moscovo nem Washington os podem controlar. Porém, também pode ser constatado que a URSS não parece pronta a

entrar num conflito mundial para sustentar, custe o que custar, um aliado situado longe das suas fronteiras (Cuba em 1962, Egipto em 1972-74). A conclusão inevitável é que tudo se subordina às relações da URSS com os Estados Unidos.

No que diz respeito às crises na periferia do império soviético, os seus dirigentes têm uma concepção de segurança que torna pouco pertinente a distinção entre o que é defensivo e ofensivo. Para eles, todas as crises na periferia do seu território foram entendidas como ameaças quase equivalentes a uma agressão imperialista (Budapeste, 1956; Praga, 1968; Cabul, 1979); a segurança é, de facto, o controle.

No entender do governo da URSS, a soberania dos países socialistas individuais não se pode opor aos interesses do socialismo mundial e do movimento revolucionário mundial.

É igualmente pertinente referir que no processo de tomada de decisões podem identificar-se diferentes actores, correspondendo a diferentes circuitos de informação acerca das situações de crise. Existem quatro redes de informação: aquela que é própria aos serviços de segurança (KGB) com os seus ramos nos vários países; os serviços de informação militar do Pacto de Varsóvia, o GRU; o secretariado internacional do PCUS; os serviços diplomáticos.

O livro refere que os seguintes factores intervêm no cálculo do risco: o factor geoestratégico, o grau e a forma de resistência da população, o comportamento das forças armadas do país invadido e a reacção ocidental, nomeadamente norte-americana. Estes constituem, segundo os autores, os elementos principais na avaliação soviética do risco do alastramento do conflito.

Teria sido depois de 1968 que o conceito de ataque de surpresa adquiriu um lugar importante na reflexão estratégica soviética.

O livro refere igualmente três tipos de dimensão dos conflitos na periferia do império soviético: uma dimensão imperial (esferas de influência na Europa do Leste); a dimensão Leste-Oeste (intervém em todos os conflitos na periferia da URSS); e uma dimensão Leste-Leste (conflitos entre Estados comunistas – URSS/China, China/Vietnam, etc.).

A última parte do trabalho reporta-se ao papel dos factores económicos nas crises Leste-Leste. É, na verdade, difícil de imputar a uma acção económica a responsabilidade exclusiva pelo começo de uma crise. Porém, a ideia soviética de que o capitalismo é um sistema instável, que se encaminha há muitos anos para uma crise geral, mantém-se.

A coerência da construção intelectual soviética atribui ao sistema imperialista um modo de funcionamento económico constituído por crises sucessivas cada vez mais profundas e ao sistema socialista um funcionamento harmonioso.

Ninguém pode negar, a começar pelos soviéticos, que as relações económicas Leste-Oeste estão num ou noutro grau dependentes das relações estratégicas, se não ao nível dos projectos políticos dos Estados, na sua realidade concreta. Com efeito, as empresas ocidentais dispõem de uma liberdade de acção económica no domínio Leste-Oeste que é manifestamente menos controlável pelos Estados do que no Leste.

A arma económica faz então parte da panóplia dos instrumentos estratégicos que os Estados do Leste ou do Ocidente podem manipular num sentido conflitual ou não, a um nível de escalada relativamente pouco intenso. Do lado soviético, os casos de embargos de produtos com destino ao Ocidente são quase inexistentes.

Se a URSS não pratica abertamente embargos no que concerne aos países ocidentais, é porque sabe que os meios de pressão económica de que dispõe são extremamente fracos se visasse privar o Ocidente de certos produtos.

Como conclusão, podemos constatar que na condução da sua política de crise a URSS tem em consideração duas ordens de factores: o factor risco e o factor tempo.

A contiguidade territorial, a formação de um bloco que permita fazer recuar o cerco capitalista é na URSS um elemento essencial da tomada de decisões em matéria político-estratégica.

La Stratégie soviétique de crise é um livro com muito interesse para aqueles que se dedicam ao estudo da política externa soviética e do seu relacionamento com o Ocidente, nomeadamente com os Estados Unidos. Só é pena que neste livro não sejam apontadas de uma forma mais exaustiva algumas das transformações, nomeadamente na vida interna soviética, que se têm vindo a operar sob a liderança de Mikhail Gorbachev.

Luís Andrade

Sécurité, désarmement et flanc sud de l'Alliance Atlantique

Observatoire Stratégique Méditerranéen, Nice, 1986 (164 páginas)

Veio agora a lume uma compilação de várias participações escritas apresentadas no âmbito de um seminário conjunto promovido pelo Observatório Estratégico Mediterrânico, que teve lugar em Grenoble, Toulouse e Nice em Novembro de 1984.

Esta publicação agrupa estudos bastante interessantes de alguns especialistas em assuntos estratégicos oriundos dos vários países da zona mediterrânica.

As participações centram-se, na sua maioria, na segurança e no desarmamento, apresentando e analisando as várias propostas, posições e questões surgidas à volta do tema encarado numa perspectiva mediterrânica alargada. Na realidade, e mais do que uma referência básica ao flanco sul da NATO, vai-se esboçando, ao longo dos vários relatórios, um cenário de como se apresenta a «questão mediterrânica» no quadro da segurança europeia e mesmo mundial.

Assim, uma ideia geral que parece predominar entre as várias contribuições é a de que as diversas propostas de desmilitarização, desnuclearização e «neutralização» de certas aéreas podem-se revelar como factores de desestabilização na região mediterrânica ou em regiões adjacentes, basicamente devido aos seus fundamentos ou corolários político-ideológicos; porém, essas ideias têm sido igualmente um factor de mobilização e dinamização de encontros e de criação de foros de discussão que reforçam a necessidade de coesão dos aliados, e promovem uma consciencialização dos problemas e questões envolvidas, entre os quais o perigo e as repercussões que pode representar o desenvolvimento ou a prossecução desses ideais.

Deste modo Ph. Chapal destaca de entre os dados principais da segurança no flanco sul da Aliança Atlântica a solidariedade ou coesão entre os aliados, que permite contrabalançar os perigos e desestabilização na região, face não só aos vários elementos de tensão no seio da Aliança (destacando as particularidades das posições grega e espanhola), como os desafios que ameaçam o flanco sul, consubstanciados principalmente no duplo desafio comunista e do Terceiro Mundo. Aconselhando a maior vigilância, considera que, tendo em atenção que não há riscos de um confronto directo na Europa Central no imediato, o Mediterrâneo encontra-se no centro do dispositivo aliado, na vizinhança de uma das zonas mais prováveis para um confronto lateral, interrogando-se sobre se o alargamento da zona coberta pelo Tratado não terá sido já realizado de facto, se não de direito.

J. Paucot realça de igual modo a actualidade conflitual no Mediterrâneo, considerando que a questão não é a do desarmamento, nem mesmo de redução dos armamentos: o esforço deverá recair antes sobre a gestão das crises, numa tentativa de fazer os Estados renunciar ao emprego da força, embora as várias tentativas de regulamentação pacífica dos conflitos possam revelar um certo cepticismo quanto a esta via. Cepticismo igualmente, mas de fleuma tipicamente britânica, perpassa ao longo da análise feita por A.J.R. Groom sobre o papel da Grã-Bretanha no

Mediterrâneo e a sua pendência preocupada» («concerned independence»).

Curiosa também é a proposta de C.A. Stephanou que, ao estudar o problema das garantias internacionais na questão cipriota, avança com a ideia de o papel de garante poder convir de forma ideal à UEO.

Ao apresentar uma reflexão sobre as técnicas de desarmamento regional, numa procura de instrumentos de leitura dos vários projectos, J.F. Guilhaudis realça que o conjunto de projectos apresentados para a região mediterrânica não pode ser separado de outros projectos, ou mesmo de negociações que dizem respeito a outras partes da Europa e, em todo o caso, da segurança da Europa, acabando por levantar várias questões sobre a lógica das várias posições que têm sido assumidas. Indo um pouco mais longe. B. d'Aboville verifica que as várias propostas de zonas desnuclearizadas na Europa subentendem sempre vários tipos de abordagem da questão geral da segurança na Europa, da qual são indissociáveis, e a defesa das mesmas releva mais de factores emocionais e circunstanciais (do sentimento de impasse actual das negociações sobre controle de armamentos e o estado da tensão Leste-Oeste) do que da simples lógica.

No caso específico da zona desnuclearizada dos Balcãs, e apesar das dificuldades com que se defronta (interesses dos países da região e das superpotências), a introdução do tema da segurança no diálogo interbalcânico abre novas perspectivas para a região, como realça Y. G. Valinakis.

Na dinâmica da Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa, no parecer de V. Y. Gheballi, é pouco provável que a questão mediterrânica possa um dia igualar em importância alguma das três «corbeilles» bem como deixar de gerar crises cíclicas endógenas.

A posição dos países não alinhados em relação aos problemas de segurança no Mediterrâneo, tal como foi delineada por A. Biad, revela muita falta de convicção e cepticismo, assim como prudência, verificando-se falta de unanimidade no seio dos países não alinhados da margem sul do Mediterrâneo.

Quanto à política norte-americana, Robert S. Rudney foca o facto de não existir uma posição oficial dos Estados Unidos sobre uma zona desnuclearizada nos Balcãs; a existir, seria provavelmente de cepticismo, revelando os norte-americanos muito pouco interesse por iniciativas de controle de armamento regional.

A. Bredimas, ao descrever as bases militares americanas na Grécia, destaca que a sua importância não é secundária em relação às situadas na Turquia, tal como se tende a crer, desempenhando funções estratégicas complementares na sua essência

das posições turcas na Aliança Atlântica, posições turcas essas analisadas por Y. Gürbüz que confirma a complementaridade dos papéis estratégicos e a importância da tomada em consideração das duas posições. Porém, este professor denuncia a atitude preocupante para o futuro da Aliança Atlântica e para a paz na região dos então dirigentes gregos no sentido da promoção de crises artificiais. Um maior aprofundamento dos argumentos e posições turcas é-nos dado por J. Civelek, num estudo bastante completo que nos permite ver que a Turquia encara a segurança europeia como um conjunto, não se podendo dissociar a segurança nuclear dos Balcãs deste conjunto.

A. Lorca e J. Posse Seguer realçam a participação espanhola no esforço defensivo comum europeu enquanto aspecto estratégico das repercussões do alargamento comunitário.

A. Vasconcelos faz notar o relevo que o território português assume na consolidação do eixo fundamental de projecção do poder norte-americano no socorro rápido à Europa, cuja credibilidade é uma componente essencial da dissuasão e, logo, da segurança europeia.

As várias comunicações dão assim um quadro amplo relativamente bem delineado da complexidade do tema e da forma como o flanco sul tende a ser alargado a uma questão mediterrânica de crescente relevo, que vem adquirindo um interesse autónomo dentro do contexto europeu, mas reforçam igualmente a ideia de as questões de segurança dificilmente poderem ser encaradas isoladamente e apenas a nível regional.

O facto de a publicação se limitar a artigos apresentados na sessão de Grenoble, não incluindo as actas das discussões que tiveram lugar numa fase final em Nice, e com as quais só se teria enriquecido, não retira os méritos que a sua publicação apresenta, entre os quais, e provavelmente não será o menor, se conta o manancial de informações que contém sobre os vários dispositivos estratégicos e militares de diversos países. Esta obra revela-se, deste modo, um instrumento útil para os já iniciados em questões estratégicas, fornecendo bases úteis para um futuro aprofundamento da questão ou mesmo para estudos comparativos a desenvolver.

Dulce Aleixo

The Hunt for Red October

Tom Clancy Naval Institute Press Annapolis, Maryland, 1984 (387 páginas)

A dissuasão nuclear é um tema actual da maior importância e, portanto, largamente debatido em muitos dos seus múltiplos aspectos. Pouco conhecida e menos divulgada porém é a componente correspondente à aplicação do poder marítimo nessa dissuasão, particularmente nos aspectos técnicos referentes aos submarinos nucleares e ao ambiente subaquático em que se desenvolvem as respectivas missões.

É justamente este mundo misterioso, ameaçador e altamente técnico que o livro *A caça ao Outubro Vermelho* vem abordar, trazendo consigo a revelação dos homens que vivem nessas máquinas infernais que são os submarinos nucleares, as suas angústias e ambições, e das sofisticadas armas, sensores e equipamentos com que operam. Com efeito, para chegar às suas zonas de patrulha (ou de combate) no Atlântico Norte – região considerada como «piscina» dos EUA – a frota submarina soviética é obrigada, pela própria geografia, a atravessar águas muito restritas, rigorosamente controladas pelas marinhas NATO. Nessas águas estão instalados os sensíveis hidrogones numa rede SOSUS (Sound Surveillance System) que escutam o mais pequeno ruído produzido pelas hélices ou pelo casco dos submarinos que estejam ao seu alcance.

Para se detectar um submarino o procedimento utilizado hoje é, portanto, o de escutar o «trajecto sonoro» da sua passagem. Foi aliás assim que foi detectado recentemente o submarino nuclear soviético da classe Yankee I que se afundou (em 6 de Outubro de 1986) a 900 quilómetros ao norte das ilhas Bermudas; isto é, tendo as costas dos EUA somente a cerca de dois minutos de uso dos seus poderosos e megatónicos mísseis nucleares SS-N-6!

Partindo de Murmansk, na célebre península de Kola, os submarinos soviéticos largam da base navegando à superfície, escoltados por draga-minas, navios de luta anti-submarina (ASW) e aviões de patrulha marítima (MPA). Logo que alcançam a zona litoral, largam a escolta e passam a navegar em imersão, a cerca de 300 metros de profundidade, iniciando a difícil travessia da «barreira GIUK» (Groenlândia-Islândia-Reino Unido), dotada de uma densa rede SOSUS, patrulhada por meios ASW da NATO (aviões MPA, navios ASW e submarinos SSK) e equipada com um campo de minas CAPTOR.

Começa aí o jogo de gato e rato entre os submarinos soviéticos e os meios ASW aliados que o livro descreve com grande propriedade, pondo em destaque os dois grandes jogadores do xadrez estratégico mundial que são a URSS e os EUA.

Para o efeito, o autor cria uma história de aventuras, uma ficção em forma de novela,

com grande ritmo e tal intensidade que o leitor corre o risco de perder uma noite inteira a lê-lo... só por ter começado! Leitura absorvente que mistura no seu enredo factores políticos, técnicos, humanos – enfim, estratégicos – e que recorre, além disso, a um incorrigível optimismo *made in USA*, que conduz ao inevitável *happy end*. Estes e outros excessos são, quanto a nós, irrelevantes face aos objectivos mais sérios que, na realidade, em ritmo de novela de aventuras, o autor vai conseguindo alcançar. Poderão perguntar-me, neste momento, porquê trazer à respeitável revista *Estratégia*, à não menos respeitável coluna de crítica de livros, um livro de ficção?

O mesmo tipo de interrogação fiz a mim próprio quando, após me ter apercebido que se tratava de uma obra de ficção (antes de ler o livro), constatei que a editora era a conservadoríssima Naval Institute Press, bem mais conhecida e caracterizada por obras profissionais, tais como os célebres *Proceedings* e o *Dutton's Navigation and Piloting*. Para já, adianto que não foi com certeza um mau negócio, dado que esta história do poder marítimo já tinha vendido, em meados de 1985, 155 mil exemplares, iniciava a sua sétima edição, fora colocada em quinto lugar na lista de *best sellers* da revista *Time* e em primeiro lugar nas listas de Washington e S. Francisco, nos EUA. Estão também em curso negociações com o cinema e a TV tendo em vista a sua adaptação a estes poderosos meios audiovisuais.

Este sucesso e a opção feita pelo Naval Institute devem-se, quanto a nós, à forma muito equilibrada como os assuntos de natureza técnica são abordados e misturados com os restantes e ainda à seriedade com que os assuntos navais são tratados e expostos. Como é evidente, nem tudo são rosas e determinados factos narrados deixam-nos algumas dúvidas. Refiro, a título de exemplo, algumas tácticas e cenários de guerra anti-submarina apresentados e a verdadeira ficção que o autor realmente introduz ao criar uma guarnição praticamente constituída por novatos e inexperientes para tripular o novíssimo submarino *Outubro Vermelho*, ainda em fase de experiências, logo após a sua construção.

A inclusão de um largo artigo de crítica ao livro em apreço, aliás muito favorável, incluída na coluna «Professional Readings» da *Naval War College Review* foi outro factor que pesou na decisão de incluir este livro de ficção nestas colunas.

Lembro aliás que esta revista indica, bem claramente, nas suas primeiras páginas, que pretende «conciliar o estudo das questões da defesa e da política internacional com a ciência e a cultura...». Esta será, para nós, uma boa aplicação desta pretensão.

Tom Clancy é um corretor de seguros em Chesapeake Bay, Maryland, que nunca tinha publicado um livro seu, se bem que já não fosse um estranho para o Naval Institute,

que lhe tinha encomendado um artigo sobre mísseis MX, para os *Proceedings*. Aliás, há muito que Clancy se vinha dedicando ao estudo do poder marítimo, não sendo certamente alheio o facto de ter vários amigos na Marinha dos EUA (vários ex-submarinistas nucleares) o que certamente lhe permitiu, com muito maior facilidade, alcançar o nível muito apreciável de conhecimentos que, sobre estes assuntos, hoje possui.

Isto porém não chega, só por si, para justificar o trabalho realizado. Entrevistado pela revista *Time*, após publicação do livro, Tom Clancy declarou: «I didn't get kissed by the muse. It was hard work». Acredito bem que sim.

O autor foi buscar inspiração para o Outubro Vermelho no caso real de tentativa de refúgio na Suécia da fragata soviética *Storozhevoy* que ocorreu em 1975.

Na história, o jovem analista da CIA Jack Ryan, com boas ligações à Casa Branca e contactos no Kremlin, consegue aperceber-se da natureza súbita de uma operação naval de vulto da Esquadra Vermelha. O mais novo dos submarinos nucleares de mísseis balísticos soviéticos, o Outubro Vermelho, comandado pelo mais acreditado e competente oficial submarinista da Marinha Soviética, comandante Marko Ramius, tenta refúgio nos EUA, determinado a vingar-se do sistema que o traiu, deixando-lhe morrer a sua querida mulher por incúria médica.

Aproveitando-se do novo sistema de propulsão super-secreto e super-silêncioso do Outubro Vermelho, Ramius aponta o seu submarino para Norfolk, através de uma derrota sinuosa, com uma extensão aproximada de 4500 milhas para Oeste. Para o parar os soviéticos empenham todo o seu poder marítimo disponível, lançando-o no oceano Atlântico acima, sobre e abaixo do nível do mar.

Pelo contrário, os americanos fazem-se ao mar para auxiliar a fuga do submarino. Segue-se um jogo de gato e rato que dura oito dias, durante os quais o Outubro Vermelho tenta iludir os seus caçadores e a Casa Branca e o Kremlin oscilam entre picos de tensão e de acalmia, de acordo com o evoluir das acções que entretanto decorrem nas águas atlânticas.

Não acrescentarei mais nenhum detalhe descritivo do argumento por não parecer correcto para quem ainda não leu o livro. Como atrás disse, porém, Clancy é optimista e tudo fará para chegar à vitória dos bons sobre os maus.

A utilização de um notável sentido de humor é frequente, mesmo durante as peripécias mais dramáticas da acção. Não resisto, para terminar, a citar a este propósito o episódio em que o Vice-Almirante COMSUBLANT tem que tomar a importante decisão de autorizar – ou não – que o submarino americano *Dallas* abandone a importante

decisão que anteriormente lhe estava atribuída, a fim de passar a investigar melhor um contacto submarino muito estranho que tinha obtido e que poderia corresponder ao Outubro Vermelho.

Consultando o jovem tenente, seu ajudante, sobre o assunto, o Almirante recebeu deste a opinião de que o Dallas deveria abandonar o contacto e continuar na sua missão inicial. Decidiu porém em contrário e determinou que se enviasse uma mensagem para o Dallas, informando-o nesse sentido.

Eis como o autor apresenta a reacção do ajudante:

«Aye aye sir» the lieutenant said, wondering if the skinny old bastard made decisions by flipping a coin when his back was turned».

Temos notícia de que Tom Clancy está colaborando com o acreditado analista naval Lany Bond na elaboração de um livro, talvez chamado «Sunset». Aguardamos com interesse essa nova publicação.

Fuzeta da Ponte

Historic Macao

Montalto de Jesus, Oxford University Press Hong Kong, 1984 (515 páginas)

Em 1557 os Portugueses fixaram-se em definitivo no território chinês. Nascia Macau, pequena península então despovoada no extremo sul do Império do Meio, a dois mil e seiscentos quilómetros de Pequim, afastada dos centros de decisão e poder, ocasional refúgio de pescadores e piratas.

Macau cresceria, sempre à sombra da bandeira portuguesa. Até finais do século XVIII, foi o entreposto comercial privilegiado dos europeus na Ásia e, desde a sua fundação, cidade de muitas e desvairadas gentes, súpula requintada do vício e da vilania, também de uma população trabalhadora e boa, capaz de gestos heróicos. Uma cidade preñe de História e de estranhas aventuras.

Apesar de quatrocentos e trinta anos de presença portuguesa em Macau, apesar do trabalho monumental do Padre Manuel Teixeira sobre a cidade do Santo Nome de Deus, dos valiosos estudos de C. R. Boxer e dos trabalhos menores de um Bento da França, Régis Gervais, Levi Gomes ou Luís Gonzaga Gomes, jamais foi escrita, de forma elaborada e sistemática, uma história de Macau em língua portuguesa. É trabalho inadiável a que urge meter ombros, não por Macau ser a última pedra de um império que, com os vendavais do tempo, logicamente desabou, mas sobretudo

porque não devem existir em todo o mundo 15 quilómetros de solo mais ricamente juncado de História, materiais imensos para o conhecimento da gesto portuguesa no Extremo Oriente, do mundo chinês, da vida dos homens.

Vem tudo isto a propósito da publicação, em 1984, pela Oxford University Press, de Hong Kong, da 3.^a edição de *Historic Macao*, obra escrita em inglês por Montalto de Jesus, e nunca traduzida para português. Os ingleses conhecem, inclusive para salvaguarda dos seus actuais interesses, a importância de mergulhar no passado, analisá-lo, discuti-lo, compreendê-lo.

Carlos Augusto Montalto de Jesus, português nascido em Hong Kong em 1863, é uma curiosíssima personagem. De famílias macaenses, encontramos-lo, ainda jovem, empregado de comércio na florescente colónia de Hong Kong, inglesa desde 1841 após a vitória britânica sobre os chineses na Guerra do Ópio. Desavenças com os patrões ingleses – chegou a despejar um tinteiro cheio na cabeça de um dos seus chefes –, levam-no a radicar-se em Shanghai onde trabalhou durante longos anos. Em Shanghai escreveu *Historic Macao* e também *Historic Shanghai*, um livro importantíssimo para a história da grande cidade na embocadura do rio Changjiang (Yangtsé).

Em 1922, Montalto de Jesus participou, como membro da delegação portuguesa, na Conferência de Washington e no ano seguinte encontramos-lo a viver no Grande Hotel do Buçaco, trabalhando no seu terceiro livro, *Historic Buçaco*, que jamais publicaria.

Regressa a Macau em 1925 e, no ano seguinte, a expensas suas, sai a 2.^a edição de *Historic Macau*. A primeira, de 1902, havia sido aplaudida pelo Leal Senado sobretudo porque o autor desmontara exemplarmente muitos dos equívocos, acusações falsas e cabalas contra os portugueses que circulavam nos estudos até então feitos em língua inglesa, com destaque para o «clássico» *An Historical Sketch of the Portuguese Settlements in China*, do sueco Andrew Ljunstedt. O livro de Montalto de Jesus mostrava também, de forma inequívoca, que a presença portuguesa em Macau se devia não à ainda hoje propalada cedência do território pela China como recompensa pela ajuda no combate aos piratas, mas a um convite formulado pelos mandarins locais, interessados nas enormes vantagens económicas e nos lucros que lhes advinham do comércio levado a cabo pelos portugueses.

A 2.^a edição de *Historic Macao* provocaria uma enorme tempestade. Montalto de Jesus, desgostoso com as autoridades portuguesas de então, que tão mal conheciam a China, quase tudo ignoravam sobre a cidade que governavam, tão incompetentes eram e tanto desprezavam os interesses da população da terra, resolvera acrescentar

mais alguns capítulos à obra. Aí, além da crítica cerrada, mas fundamentada, à administração, advogava surpreendentemente que o melhor seria arriar a bandeira portuguesa dos mastros dos edifícios da cidade e entregar o governo de Macau à recentemente criada Sociedade das Nações, antecessora da ONU.

O livro foi apreendido pela administração da cidade do Santo Nome de Deus, os exemplares foram queimados na praça pública e todas as pessoas que possuíssem o «livro maldito» eram obrigadas a entregá-lo às autoridades, para ser destruído. Por isso é hoje tão rara a 2.^a edição de *Historic Macao*. Bem haja a Oxford University Press que resolveu reeditar, em *fac simile*, a edição de 1926.

Para além de alguns erros de pormenor que, aqui e além, ressaltam na obra e do surrealismo dos capítulos finais quanto ao futuro governo da cidade, *Historic Macao* continua a ser a melhor história de Macau até hoje publicada. As propostas avançadas pelo autor eram, tanto nos anos vinte do nosso século como hoje, no mínimo, realistas, mas não se pode negar a originalidade e coragem deste homem que, amando lapidarmente Macau, escrevia:

«If enfranchised under an international regime like that of Shanghai too, undoubtedly Macao will soon regain her lost prestige and prosperity, to the relief and glory of Portugal, to the great joy of all martyred Macaenses, as well as to the development of all neighbouring interests in connection with the promising hinterland. It is, after all, the most feasible way of realising all the fond hopes centred on the new port and the admirable geographical position which destines Macao for a great emporium, open to all nations, under the best auspices – verily a talisman where with to ensure due regard for the old «gem of the orient» as a spot hallowed by the untold ordeals there endured for ages, as the first, unique European outpost and ever memorable landmark whence the light of Western civilisation first irradiated upon China, and where in the grandest of epics hapless Camões sang the epoch-making dawn of Europe's intercourse with the Orient. If only for such glorious records, so cruelly contrasted by present circumstances, surely Macao deserves the heartfelt sympathy and cordial cooperation of every nation as an unfailing pledge for the happy ending of a long international tragedy, and for happier days.»

Historic Macao é a primeira e até hoje única história da cidade, escrita em inglês por um português que nasceu em Hong Kong, viveu grande parte da sua vida em Shanghai e morreu em 1927, acusado de alta traição, num convento católico em Hong Kong.

António Graça de Abreu

Conferências

O Brasil e a Nova República

No passado mês de Janeiro, o embaixador José Guilherme Merquior proferiu em Lisboa uma conferência sobre «O Brasil da Nova República». A personalidade do conferencista, o lugar de destaque que ocupa não só nos meios diplomáticos como nos meios culturais brasileiros e a extrema oportunidade do tema por ele abordado, deram a esta conferência um relevo muito particular. Numa altura em que se abrem precisamente novas perspectivas para o Brasil com a instauração da Nova República e para Portugal com a adesão às Comunidades Europeias, importa incentivar junto dos meios políticos, económicos e culturais dos dois países irmãos a consciência de tudo o que mutuamente os aproxima e enriquece. E isto, tanto pelo reforço das convergências naquilo que lhes é comum, como pelo aproveitamento da complementaridade das originalidades que os caracterizam. Daí a importância desta conferência promovida pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais no âmbito das iniciativas que visam promover o aprofundamento da análise da rica problemática luso-brasileira.

Da clara exposição do embaixador Merquior ressaltam alguns aspectos fundamentais para o entendimento da sua visão da Nova República. Assim e em primeiro lugar, referindo-se ao que chamou a «herança imediata» do anterior regime, salientou que se tratava mais de uma «situação» específica brasileira do que propriamente de um regime autoritário institucionalizado. O que explica a forma como decorreu o processo de abertura, lento e gradual, evitando roturas e traumatismos na evolução para a democracia. Processo esse que decorreu num contexto económico e social caracterizado simultaneamente por um notável progresso industrial, pela existência de «uma dívida social» resultante das carências e da marginalidade de parte da população relativamente ao referido sucesso industrial e aquilo que poderia classificar-se talvez de «culto da inflação», embora tenha havido períodos em que a mesma foi relativamente dominada. Ora a importância assumida na Nova República pela luta contra a inflação resulta justamente da herança imediata e da consciência de a inflação ser, na prática, o imposto mais cruel. Por isso, em Fevereiro de 1986, foi lançado o Plano Cruzado que na sua primeira fase, por assim dizer «mágica», constituiu motivo de enorme optimismo e deverá ser encarado não apenas como um tratamento de choque mas sobretudo como um processo novo de educação do povo brasileiro. Apesar de uma inevitável deformação na percepção popular do facto, nem

por isso deixou de contribuir para aumentar a consciência da gravidade do problema inflacionista, pelo que, não obstante as dificuldades actuais, não é de temer uma recaída absoluta e irremediável nos excessos anteriores.

Passando depois à análise dos aspectos propriamente políticos da situação, o embaixador Merquior afirmou que o tema central da actuação do presidente Sarney, no prolongamento das posições já assumidas por Tancredo Neves, é o «problema do Estado no Brasil». Com efeito, a Nova República está perante a necessidade de escolher entre «Estado a mais» e «Estado a menos» e, ao mesmo tempo, perante a grande prioridade do problema social a resolver, embora na opinião do conferencista a prudência aconselhe que se reconheçam os limites objectivos do Estado-providência. Por outro lado, o embaixador Merquior, ao referir-se aos aspectos institucionais do sistema político brasileiro, aludiu à realidade que constitui no Brasil o problema do relacionamento entre o poder central e os Estados da Federação, reconhecendo os efeitos benéficos para a organização e o progresso do Brasil do predomínio exercido pelo poder central durante o período imperial. E acrescentou que de facto todos os momentos de «reformismo» têm coincidido no Brasil com fases de centralismo a que se devem sem dúvida os grandes surtos de modernização do país. Posto isto, o conferencista pergunta: como irão evoluir os «poderes» no Brasil de amanhã? Há com efeito quem pretenda que essa evolução deverá dar-se num sentido que se poderia chamar gaullista, isto é, para um regime misto, em parte presidencialista, em parte parlamentarista. Mas o embaixador Merquior é de opinião, que neste terreno importa avançar com prudência, pois uma excessiva «injecção de parlamentarismo» no tradicional sistema presidencialista brasileiro iria precisamente em sentido oposto ao que se verificou com a Quinta República em França e poderia conduzir a um excessivo enfraquecimento do executivo e pôr mesmo em perigo o prosseguimento das reformas. Trata-se, de qualquer forma, de um problema sobre o qual há que tomar rapidamente posição e a este propósito surge ainda outro desafio, ou seja, o destino da «tecnocracia brasileira» que, embora nem sempre sensível à influência política, nem por isso deixou de dotar o país de uma sólida base industrial. Dado tudo isto, o conferencista concluiu a sua exposição com algumas considerações sobre o problema fundamental, na evolução das sociedades, da relação entre mudança e continuidade, afirmando que pela sua parte considera que, no caso do Brasil, importa assegurar precisamente alguma continuidade na evolução em curso e reconhece que, no que toca à política externa, por exemplo, essa continuidade parece desde já assegurada, na medida em que as mudanças verificadas são sobretudo de «estilo» e de «imaginação».

Finalmente, no período de perguntas e respostas que se seguiu à conferência e que demonstrou o interesse suscitado na assistência, o embaixador Merquior teve ocasião de esclarecer o seu pensamento sobre diversos pontos abordados. Assim, sobre as relações com a Argentina e aquilo que classificou de «mitologia da rivalidade» entre os dois países, afirmou que o Brasil nunca combateu a Argentina como tal mas apenas alguns dos seus dirigentes, como se demonstra pelo excelente relacionamento actual entre Brasília e Buenos Aires, como de resto por ocasião da guerra das Malvinas, que teve, pelo menos, o resultado positivo de suscitar na Argentina a consciência de que existe «um sentido global sul-americano das coisas». Ainda sobre o sistema político-institucional do Brasil, o embaixador Merquior esclareceu que o federalismo brasileiro, inspirado sobretudo pelo modelo norte-americano, tem sido mais de forma do que de fundo e, por vezes, apenas aquilo que se poderia classificar de federalismo de caciques ou de federalismo orçamental. A unidade do Brasil nunca foi por isso posta em perigo e a este respeito reconheceu a contribuição extremamente positiva do sistema administrativo português anterior à independência do país que passou depois para a própria estrutura do modelo imperial. A uma alusão de um dos assistentes ao problema do acordo ortográfico, o embaixador Merquior, depois de referir que a polémica gerada em Portugal tinha passado quase despercebida no Brasil, assegurou que o seu país desejava manter a unidade linguística e que não o incomodava ser utilizador da língua portuguesa, mas acrescentou que a língua portuguesa não se podia condicionar por decreto. Finalmente e na mesma linha de pensamento que inspirava a sua análise do autoritarismo de tipo brasileiro, o embaixador Merquior, a propósito da maior ou menor credibilidade e coerência ideológica dos políticos brasileiros, fez a apologia do que se poderia chamar um certo pragmatismo humanista no comportamento, não receando afirmar que a rigidez ideológica não é indispensável à eficiência e à boa ordem da vida.

José Guilherme Merquior nasceu há quarenta e seis anos no Rio de Janeiro, onde se diplomou em direito e filosofia, para ingressar depois na carreira diplomática que o levaria sucessivamente a Paris, Bona, Londres e Montevideo e agora às altas funções de embaixador no México.

O embaixador Merquior não se tem distinguido apenas na diplomacia, mas também pelos títulos e actividades ligadas à vida cultural. É doutorado em literatura pela Universidade de Paris, diplomado em sociologia pela London School of Economics, e *Visiting professor* no King's College da capital britânica, tendo estudado durante cinco anos a teoria da cultura no College de France com Levi-Strauss. Pertence ao corpo

docente da Universidade de Brasília.

António Siqueira Freire

Os media, a guerra e a paz

A necessidade de o bom senso imperar, muito mais do que o enquadramento técnico, político e jurídico de cada regime democrático, na formulação de toda e qualquer estratégia, terá sido, porventura, a conclusão mais interessante do último seminário promovido pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais.

Logo no painel de abertura, em que se pretendia discutir o impacto da opinião pública e da informação na elaboração da estratégia, a partir de casos como a instalação dos euromísseis ou do movimento pacifista antinuclear, o debate foi condicionado pela projecção prévia de um documentário da NBC que abordava a moderna evolução da estratégia militar norte-americana a culminar na SDI.

Independentemente da qualidade e vivacidade dos argumentos aduzidos pelos que defenderam ou atacaram a viabilidade económica, técnica e científica deste sistema de defesa, a parte mais atractiva do debate foi a que pôs em confronto a ideia de que a SDI funciona como elemento dissuasor de uma eventual conflagração nuclear e estimulador de uma política de desarmamento, e a opinião de que a concretização deste projecto estimula a implementação de um outro sistema que o neutralize, levando forçosamente a uma nova etapa da corrida aos armamentos.

Entrou-se, assim, na discussão do pacifismo antinuclear e na luta que as duas superpotências travam, nomeadamente na Europa, para captarem a opinião pública a seu favor. Curiosamente, gerou-se uma polémica à volta de se saber se há uma ou mais opiniões públicas europeias, ou seja, se a consciência ecológica e militância anti-nuclear de um alemão federal é comparável à de um vulgar cidadão português.

As opiniões divergiram, já o mesmo não acontecendo sobre a constatação (ainda que atenuada) de um antiamericanismo europeu, recentemente reforçado com a anunciada retirada de tropas norte-americanas estacionadas na Europa e com a futura desagregação do chamado «guarda-chuva nuclear» por força da SDI. Em suma, ninguém pareceu gostar do eventual regresso da «fronteira» ocidental dos EUA à sua costa atlântica, nem de imaginar a Europa como palco privilegiado de uma confrontação convencional.

Num outro painel, dedicado à informação sobre a guerra e a paz nos órgãos de comunicação, foram projectados os serviços de notícias que a Eurovisão fez chegar,

num dia normal (sem acontecimentos de vulto), à RTP. Em seguida, mostrou-se a forma como parte dessas notícias foram utilizadas nos três blocos informativos da nossa televisão, após selecção e tratamento.

A partir desta visão sobre o que se recebe e o que se transmite em matéria de política internacional, na qual foi evidente a supremacia das notícias provenientes do bloco ocidental, gerou-se uma animada discussão sobre a qualidade das fontes de informação e os critérios de selecção e tratamento dos transmissores de notícias.

E apesar da divergência de opiniões sobre aqueles critérios, quase sempre fundamentadas em razões de ordem técnica, específicas de um dado órgão transmissor, a verdade é que, numa situação de paz, e para lá da notória subjectividade do tema, este não chegou a levantar polémica.

Ao contrário dos fluxos de informação em tempo de guerra, que criou uma fractura do painel em dois blocos distintos. De um lado, a posição político-militar dos que defendem uma restrição no acesso às fontes e um controlo da matéria noticiosa difundida. Do outro, a posição técnico-jornalística, a defender a plena liberdade de informação, quaisquer que sejam os condicionalismos existentes.

Da «irresponsabilidade» dos jornalistas ao excesso de «secretismo» militar, passando pelos malefícios da informação cinzenta e da sensacionalista, caiu-se na discussão da contra-informação, em que ambas as partes têm grandes responsabilidades, e voltou a levantar-se a questão da credibilidade das fontes e da ética deontológica.

Falou-se das Malvinas, da invasão de Granada, do Irangate, da instalação de euro-mísseis e do Afeganistão para, no final, se conseguir estabelecer uma plataforma de entendimento quase consensual. Mais do que implementar mecanismos de restrição à livre circulação de notícias em tempo de guerra, toma-se necessário promover um conhecimento mais estreito entre militares e jornalistas, uma relação de confiança mútua que permita, sem sobressaltos, a definição pragmática de segredo de Estado.

Mais pacífico foi o painel sobre a imagem das grandes organizações internacionais, como a NATO, em parte transmitida por filmes como «Barriers», projectado antes do debate, que serviu como base de reflexão para questões sobre a legitimidade da propaganda, a sua qualidade e a sua eficácia.

Quanto à propaganda em situação de guerra, como reforço da ideia nacional e do espírito de defesa colectiva, ninguém pôs em causa a sua legitimidade ou pertinência. Mas numa situação de paz, foi feita a distinção entre propaganda e informação.

Já no que respeita às emissões de estações europeias e norte-americanas dirigidas para os países de Leste, houve quem defendesse a sua eficácia, considerando que essas emissões têm forte penetração nas populações que as captam, visto que em regimes de sociedade fechada é muito maior a apetência pelo não oficial e que o confronto como «desconhecido» é um factor importante na alteração das mentalidades.

Neste particular, a discussão centrou-se na «guerra» entre as culturas dos dois grandes blocos militares, tendo a propaganda como uma das múltiplas armas (legítima e necessária), mas houve quem defendesse não existirem duas culturas e sim uma única, universal, determinando não um confronto ao nível dos produtos culturais mas sim entre modelos de organização das sociedades.

Interessante, sem dúvida, a comparação esboçada entre uma organização militar, como a NATO, e outras organizações internacionais como a UNESCO, a FAO ou a Cruz Vermelha. Enquanto estas duas últimas, que desenvolvem uma função humanitária e de ajuda ao desenvolvimento, têm uma forte imagem de marca, já a UNESCO, «politizada» pela educação e a cultura numa perspectiva terceiro-mundista, viu a sua imagem esvaziar-se de há uns anos para cá. E se bem que o impacto destas organizações se avalia pelos projectos que implementam, sem necessidade de recorrerem à propaganda, também é certo que uma organização militar apresenta, logo à partida, uma imagem muito mais difícil de vender.

Por isso, a exibição de um documentário sobre as actividades do departamento científico da NATO, que financia projectos de investigação e de desenvolvimento nos países membros, assim como a formação de jovens cientistas, foi positivamente aceite pelos participantes no painel como prova de que uma boa imagem se cria sem necessidade de recurso à propaganda.

No último painel, abordou-se o tratamento da política de defesa nos media. O debate, naturalmente, centrou-se mais na avaliação prática de conceitos como a soberania e a independência nacional, tendo-se gerado consenso sobre a necessidade de se passar a dar importância ao debate destas questões.

Neste contexto, foi focado o papel apagado dos órgãos de comunicação no que respeita à análise das questões internacionais e de defesa, mas também foi dito que o panorama é um pouco idêntico em toda a Europa e na América do Norte.

Por outro lado, foi focado que o extremo pluralismo da Imprensa nos países ocidentais e o crescente impacto dos audio-visuais (transmissão IV via satélite), veio diluir fronteiras políticas, ideológicas ou sociológicas, não deixando grande espaço à divulgação

doutrinária.

De resto, também foi referida a consolidação progressiva da CEE, como exemplo de factor social diluente dos nacionalismos exacerbados de outrora, que já não se traduzem em poderio militar mas sim na grandeza económica e no bem-estar e harmonia social.

O que passa, evidentemente, pela formulação e execução de uma estratégia adequada.

João Galamba de Oliveira